

# Muito trabalho e nenhum poder marcam as vidas das agricultoras

TACIANA GOUVEIA<sup>1</sup>

Nos últimos anos, a agricultura familiar vem ganhando importância como alternativa para o desenvolvimento rural sustentável, tanto nas ações dos movimentos sociais como das políticas públicas governamentais. No que se refere a essas políticas, até o momento, a força discursiva não foi suficiente para provocar resultados que alterem os graves padrões de pobreza e exclusão a que estão submetidas as populações rurais – cujas causas estão radicadas no exaustivamente reconhecido modelo de desenvolvimento hegemônico brasileiro, que privilegia o setor latifundiário e a agricultura patronal. Este artigo pretende analisar as relações, contradições, funcionalidades e dependência entre o modo como está estruturada a agricultura familiar e as desigualdades de gênero, demonstrando as consequências dessa dinâmica tanto na restrição da autonomia e cidadania das mulheres como no que se refere aos riscos que o próprio modelo corre, caso não sejam construídas possibilidades para o enfrentamento dessas desigualdades. Tais riscos não estão relacionados apenas aos limites para expansão ou consolidação da agricultura familiar, mas às suas possibilidades de constituir-se em um instrumento que promova a democracia e a justiça.

A constatação do hiato e da aparente contradição entre os discursos estatais e suas proposições políticas não responde à totalidade do problema a ser enfrentado. Por outro lado, no campo da sociedade civil, o discurso sobre agricultura familiar produzido nos últimos anos por vezes a trata como um fenômeno histórico recente e altamente idealizado, especialmente no que se refere à harmonia e à complementaridade entre as ações humanas e a natureza, entre a produção e o consumo, entre mulheres e homens, adultos(as), jovens e crianças, bem como o seu caráter multifuncional. Com relação a esse aspecto, Soares considera que a “agricultura familiar provê um conjunto de bens públicos, tangíveis e intangíveis, de elevado valor para a sociedade em geral”,<sup>2</sup> destacando sua contribuição nos campos da segurança alimentar, sustentabilidade ambiental, função econômica e social.

Sem negar que essas características podem ser realizadas pelo modo de produção familiar, é fato que, entre a potencialidade e a realidade, há longo caminho a ser percorrido que não depende apenas de mudança nas políticas públicas, mas fundamentalmente dos processos sociais e políticos – em suas dimensões contraditórias e conflitivas – presentes na base das análises e ações que tradicionalmente vêm organizando e dinamizando a agricultura familiar. A mudança de foco aqui operada talvez nos obrigue a olhar menos para as funções que exerce e mais para as estruturas que a sustentam.

Ao estudar o processo de envelhecimento e masculinização da população rural, Camarano e Abramovay questionam: “Até que ponto o meio rural pode ser um espaço propício na construção da cidadania e de condições de vida capazes de promover a integração econômica e a emancipação social das populações que aí vivem?”.<sup>3</sup> Tomando como referência as relações de gênero na agricultura familiar em seu atual formato, as possibilidades de construção de cidadania e emancipação das mulheres ainda são muito restritas. O *ethos* da agricultura familiar coloca no pai todo o poder para organizar não só o empreendimento produtivo como também todo universo de relações que ali ocorrem. A partir dele, constrói-se uma hierarquia rígida na ocupação de lugares, atribuição de valores, oportunidades e benefícios.<sup>4</sup>

Em outras palavras, na dominação patriarcal, tal como definida por Weber, estão presentes “a crença no caráter inquebrantável do que tem sido feito sempre de uma determinada maneira”<sup>5</sup> e a autoridade fundamentada na submissão e nas relações pessoais de convivência íntima e permanente. Se o patriarcado é o sistema que cria, justifica e legitima a opressão e exploração das mulheres, a agricultura familiar, ao se organizar a partir desse sistema, reproduz e perpetua tal exploração e opressão.

Tal diferenciação de oportunidades e poderes ocorre não apenas na agricultura familiar, mas no próprio processo de visibilidade e valorização desse modo de produção. Como bem analisa Buarque, “a nossa agricultura familiar é herança de uma atividade basicamente feminina [...] instituída pelas mulheres nos

1 Feminista, coordenadora de educação do SOS Corpo – Gênero e Cidadania e integrante do Grupo de Referência do Observatório da Cidadania. Agradeço a Carmen Silva e a Simone Ferreira, parceiras de trabalho no SOS Corpo, pela colaboração neste texto.

2 SOARES, Adriano. Multifuncionalidade da agricultura familiar. In: REBRIP/ACTION AID. Comércio internacional, segurança alimentar e agricultura familiar. Rio de Janeiro: Rebrip; Action Aid, 2001.

3 CAMARANO, Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: um panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro: Ipea, 1999. (Textos para discussão, n. 612).

4 Em pesquisa recente, Abramovay e colegas constataram que 64% dos pais informam que têm o poder sobre todas as atividades da unidade familiar. ABRAMOVAY, Ricardo et al. Sucessão profissional e transferência hereditária na agricultura familiar. Disponível em: <www.gipaf.cnptia.embrapa.gov.br>.

5 WEBER, Max. *Economia y sociedad*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1992. Tradução da autora.

espaços vazios dos grandes latifúndios”.<sup>6</sup> E, ainda, “é interessante observar que, enquanto a agricultura familiar não passava de um instituto marginal na economia, ela era vista como uma atividade feminina vinculada ao doméstico; no momento exato em que ela passa a ocupar um espaço nas grandes políticas, seus protagonistas mudam de sexo”.<sup>7</sup>

Ao mesmo tempo, não se pode negar que, ainda de modo incipiente, muitos setores envolvidos na defesa da agricultura familiar começam a preocupar-se com essas questões, uma vez que é concreta a “rota de saída” das mulheres, especialmente as mais jovens, do espaço da agricultura familiar. Para além do reconhecimento verdadeiro e legítimo das injustiças a que as mulheres estão submetidas, parece que a situação começa a ser inquietante exatamente nos momentos e movimentos em que elas deixam de estar, sendo a ausência o que concretiza esse (re)conhecimento.

Cabe abrir um parêntese para questionar a chamada invisibilidade das mulheres e seu trabalho na agricultura familiar, expressão tão recorrente que já assume um estatuto de verdade. As mulheres não são invisíveis, elas não são vistas no sentido de seu reconhecimento como sujeitos ativos dos processos produtivos. Longe de ser um mero jogo de palavras, atribuir aos outros a incapacidade de enxergar as mulheres muda o sentido da compreensão da realidade e, conseqüentemente, das estratégias para a superação das desigualdades. Não são as mulheres que se ocultam, são as relações de dominação patriarcal que lhes atribuem um lugar menor.

A operação de invisibilidade ocorre em um momento posterior ao trabalho realizado, seja ele produtivo ou reprodutivo. Dá-se quando é negado às mulheres o direito de decidir; quando as estatísticas e análises – produzidas pelo Estado ou pela sociedade civil – não trabalham os dados separados por sexo; quando discursos mantêm a suposta universalidade do masculino (“o agricultor”); quando os projetos políticos, estatais ou da sociedade civil não as consideram como sujeitos de direito.

## Onde estão as mulheres?

De modo apressado, mas também verdadeiro, pode-se dizer que as mulheres estão em todos os lugares e não estão em lugar nenhum. Em todos os lugares porque, para além dos dados que as ocultam, basta olhar a dinâmica cotidiana para que se constate que as mulheres, em maior ou menor medida, realizam todas as atividades produtivas e reprodutivas na unidade familiar. Os dados coletados em uma pesquisa<sup>8</sup> com as agricultoras familiares da

região de Sobral, no Ceará,<sup>9</sup> mostram que, das 14 atividades relacionadas com o roçado, as mulheres participam, em graus variados, de todas. Em quatro dessas atividades, as mulheres participam na mesma proporção que os homens (capina, plantio, replantio, colheita) e, em uma, são majoritárias (beneficiamento dos produtos). Em apenas três atividades, a frequência é bem mais baixa que a dos homens: brocar, destocar e vender.

Já na criação de aves, as mulheres realizam todas as atividades que compõem o sistema, sendo que, em 49% dos casos, somente elas são as executoras. Nas demais situações, a participação masculina é muito baixa (em média, três atividades), ainda que não exclusiva e, em muitos casos, realizada pelos meninos. Na criação de suínos, a divisão do trabalho é um pouco diferente, pois os homens estão mais envolvidos na atividade. Contudo, em apenas 50% dos casos, eles são majoritários (realizam as 11 atividades, enquanto as mulheres participam de três a cinco); nos casos restantes, há um equilíbrio na divisão das atividades. Na criação de caprinos/ovinos, a presença masculina é maior, mas só em um caso é exclusiva. Das 15 atividades listadas, os homens realizam a maioria, sendo que o trabalho feminino está presente com alta frequência de sete a nove atividades, havendo ainda casos em que participam de todas.

Dados semelhantes são encontrados em pesquisas que investigam contextos diferentes, como é o caso de trabalho realizado em Paragominas, no Pará, onde Cayeres e Costa, analisando o sistema de roça itinerante e o manejo de inovações tecnológicas, constataram que “as mulheres têm maior contribuição individual na força de trabalho familiar e na continuidade das atividades tradicionais. Enquanto que os homens estão envolvidos com as novas técnicas introduzidas e nos treinamentos, a manutenção do sistema tradicional é assegurada pela sobrecarga de trabalho das mulheres”.<sup>10</sup>

Se as mulheres executam as atividades produtivas na mesma proporção que os homens, o mesmo não se pode dizer das atividades reprodutivas, como demonstram os dados a seguir.

Na área de Sobral, das 25 atividades que compõem a esfera reprodutiva, apenas 20% são realizadas com mais frequência pelos homens (fazer feira, buscar e rachar lenha, consertos de utensílios e reparos na casa e trocar o botijão de gás),<sup>11</sup> enquanto 28% das atividades têm uma frequência maior de realização compartilhada, pois sua característica principal é ser uma espécie de híbrido entre responsabilidades ditas femininas com aquelas ditas masculinas. Um exemplo disso é levar pessoas doentes ao serviço de saúde,

6 BUARQUE, Cristina. Integração da perspectiva de gênero no setor da reforma agrária. Disponível em: <www.incra.gov.br>.

7 Id., ibid.

8 Pesquisa realizada em 2003 pelo SOS Corpo – Gênero e Cidadania para Projeto de Desenvolvimento Local Prud/BNDES. As tabulações estão em fase de finalização.

9 Composta de quatro municípios: Sobral, Massapê, Santana do Acaraú e Meruoca. Essa é uma área de extrema pobreza, onde a maior parte da produção familiar está relacionada com as atividades do roçado e a criação de animais de pequeno porte (aves e suínos).

10 CAYERES, Guilhermina; COSTA, Rosana. Análise da mão-de-obra no sistema de produção familiar de uma comunidade amazônica. Disponível em: <www.gjpaef.cnpia.embrapa.gov.br>.

11 É interessante observar que a justificativa para o predomínio masculino na troca do botijão não é o peso, mas sim o medo de acidentes provocados pelo vazamento de gás.

que articula a dimensão do cuidado com a saída do espaço familiar.<sup>12</sup> Assim, as mulheres são executoras exclusivas de 52% das atividades reprodutivas, especialmente aquelas cuja realização é diária e contínua.

Pesquisa realizada em assentamentos de seis estados do Brasil<sup>13</sup> confirma esses dados (**Tabela 1**), ao mesmo tempo em que revela os modos como as atividades produtivas das mulheres são invisibilizadas e transformadas em ajuda ou parcialidade.

Atividade	BA				CE				MT				PR				RS				SP			
	P	M	Fo	Fa	P	M	Fo	Fa	P	M	Fo	Fa	P	M	Fo	Fa	P	M	Fo	Fa	P	M	Fo	Fa
Agricultura/pecuária	98,5	64,5	67,0	27,5	93,5	44,0	69,5	33,5	96,0	51,5	86,5	49,0	99,0	83,0	84,0	62,0	97,0	72,0	71,0	46,5	86,0	45,0	71,0	28,5
Atividades do místicas	-	31,5	2,0	19,0	-	45,0	0,5	14,0	-	43,0	-	33,5	-	14,5	2,0	17,0	0,5	24,0	-	18,5	0,5	49,0	0,5	40,0
Magistério	0,5	2,0	-	2,0	-	3,5	0,5	2,5	1,0	2,5	-	2,5	-	0,5	-	-	0,5	2,0	-	-	-	0,5	-	-
Estudante	-	1,5	30,0	50,0	-	0,5	18,5	40,0	-	0,5	10,0	14,5	-	0,5	13,0	20,0	0,5	0,5	24,0	31,5	-	-	14,5	25,0

Analisando os dados para além da sub-representação que parece ocorrer com o trabalho feminino na produção agrícola, tem-se que as mulheres, especialmente na condição de mães, estão majoritariamente presentes nas quatro atividades apresentadas – o que as torna multifuncionais para a agricultura familiar, já que, além das atividades domésticas e agrícolas, elas ainda estudam e exercem o magistério. Além disso, é por elas e por meio de seus trabalhos que se realiza a integração entre produção e consumo, característica considerada fundamental na consolidação desse modo de produção.

Ainda que os dados apresentados não façam referência direta à dimensão da pluriatividade na agricultura familiar, pode-se fazer inferências sobre quem são as pessoas que, com mais frequência, atuam para além do especificamente agrícola, principalmente no contexto dos debates sobre o “novo rural” e os modos como outras dimensões econômicas – como serviços, turismo, artesanato, gastronomia e até mesmo um certo modo de vida – vêm sendo reforçadas nos discursos e políticas como alternativa eficaz para o desenvolvimento rural.

Não cabe aqui analisar a correção ou não de tais proposições, mas vale destacar que a inserção em atividades não-agrícolas é profundamente marcada pelo viés de gênero,<sup>15</sup> sendo uma prática condicionada pelos contextos sociais, econômicos e políticos. São as mulheres – independentemente de faixa etária – e, em certa medida, os jovens que fazem esse movimento, levando consigo a subvalorização da sua contribuição para a sustentabilidade da agricultura familiar. Como decorrência, é necessário pensar a questão da pluriatividade como uma das formas a partir das quais esse modo de produção é constituído e dinamizado, sendo possível também estabelecer conexões entre os processos migratórios femininos e o conceito de pluriatividade. Na maioria dos casos, a ausência física das mulheres não significa que elas deixem de ser um elemento da organização e da manutenção do estabelecimento familiar.

A tendência de diminuição da população feminina no meio rural é histórica. Vem ocorrendo tanto na Europa (é o caso da França, onde um terço dos homens que trabalhavam na atividade agrícola não havia se casado até os 35 anos) como na América Latina (onde, em 1995, havia 5 milhões de homens a mais do que mulheres).<sup>16</sup>

12 Resultados quase idênticos foram encontrados por Puhl, Moura e Lopes em diagnóstico realizado no Vale do Guaporé (1998). Ver PUHL; MOURA; LOPES. *Etnotopia sobre as relações de gênero na agricultura familiar no Vale do Guaporé*. In: CAMURÇA, Silvia; PACHECO, Maria Emilia. (Orgs.). *Programa integrado de capacitação em gênero, desenvolvimento, democracia e políticas públicas*. Quarto Caderno: Experiências Rurais. Rio de Janeiro: Fase, 1998.

13 ABRAMOVAY, Miriam; RUA, Maria das Graças. *Companheiras de luta ou coordenadoras de panelas?*. Brasília: Unesco, 2000.

14 Versão modificada da tabela original. Fez-se a opção de trabalhar com as categorias de maior significação estatística para o presente artigo.

15 É interessante observar que, mesmo nos estudos que tratam do tema da pluriatividade, não há uma nomeação do sexo daqueles(as) que têm múltiplas inserções produtivas.

16 Ver CAMARANO e ABRAMOVAY, op. cit.

No Brasil, de acordo com os dados do Censo de 2000,<sup>17</sup> entre 1991 e 2000, houve queda de 10% na população rural brasileira, sendo que, para as mulheres, essa queda foi de 11%. Em 30 anos, as mulheres passaram de 48,47% da população rural para 47%. A razão de sexo também é um indicador importante. Se, em 1980, a razão de sexo na população rural era de 106,56 homens para cada 100 mulheres, em 2000 passou a ser de 109,22. A média brasileira (incluindo o urbano e o rural), na última contagem populacional, apresenta uma tendência inversa, são 96,93 mulheres para cada 100 homens.

Além disso, dados apresentados por Abramovay e Rua demonstram que o percentual de homens solteiros nos assentamentos é muito superior ao de mulheres, confirmando a força da estrutura familiar mais tradicional, como se observa na **Tabela 2**:

Porcentagem de homens e mulheres solteiros nas UFs pesquisadas, 1999						
	Bahia	Ceará	Mato Grosso	Paraná	Rio G. do Sul	São Paulo
Homens solteiros	19,0 %	9,5%	16%	10,5%	22,0%	9,0%
Mulheres solteiras	9,0 %	4,0 %	7,5%	0,5%	3,5%	0,5%

Se, em contextos diversos do ponto de vista político e econômico, encontram-se os mesmos processos, suas causas não estão radicadas apenas no tipo de política pública para o desenvolvimento rural nem em condições estritamente econômicas, comprovando, assim, que a estrutura das relações de gênero tem um peso decisivo na dinâmica de desenvolvimento rural.

### Rotas de saída

Camarano e Abramovay<sup>19</sup> levantam três hipóteses para explicar a maior participação feminina nos processos migratórios: a) maior oferta de trabalho para mulheres no meio urbano ligada à expansão do setor de serviços; b) dinâmicas das relações de gênero na família; c) relação entre processos migratórios e graus mais elevados de escolaridade. Na perspectiva aqui assumida, essas três hipóteses possuem estatutos diferentes, ou seja, as relações de gênero são determinantes tanto no que se refere à preferência por mulheres nos empregos do setor de serviços, como na maior escolaridade encontrada nas mulheres rurais.

É importante levar em conta também as transformações por que passaram as mulheres nas últimas décadas, tanto no que se refere às conquistas no plano dos direitos, em especial as ações políticas dos movimentos de trabalhadoras rurais, como aquelas relacionadas às dimensões socioculturais. Tais processos trazem conseqüências importantes no modo como as mulheres, especialmente as mais jovens, interpretam a si mesmas e a realidade, dando-lhes condições de pensar e buscar outros destinos diferentes da submissão absoluta à lógica patriarcal. Se ainda não há condições para a ruptura dessa lógica, é possível estabelecer rotas que a contornem e minimizem os seus efeitos perversos e injustos.

Vale ressaltar dois processos profundamente interligados e pouco considerados. O primeiro diz respeito à presença de uma racionalidade nas escolhas das mulheres em não permanecer na agricultura familiar. O acesso ao mundo público, a remuneração pelo trabalho realizado e a quebra com o tempo indistinto que marcam a ligação entre produção e reprodução dentro da unidade familiar são fatores que transformam o cotidiano das mulheres, dando-lhes a possibilidade de se pensarem e atuarem como sujeitos de suas próprias vidas, de ser alguém com um lugar no mundo, como fica claro no depoimento de uma trabalhadora da fruticultura irrigada de Petrolina, em Pernambuco: “Fiquei uma pessoa independente. Quando meu marido diz ‘é meu’, eu também digo. Quando ele diz ‘eu estou cansado’, eu também digo que estou”.<sup>20</sup>

É essa mesma lógica que leva a um maior incentivo para que as filhas invistam na escolarização, como ficou claro na **Tabela 1**, já que, em princípio, aumentam suas chances de conquistar postos de trabalho mais qualificados. Ainda que seja um processo mais marcante na população feminina rural, os jovens que investem na qualificação escolar também tendem a deixar a unidade familiar, conforme constataram em pesquisa recente Melo e colegas,<sup>21</sup> ocasionando o que eles denominam “questão sucessória na agricultura: que é quando a formação de uma nova geração de agricultores perde a naturalidade com que era vivida até então pelas famílias e indivíduos envolvidos nos processos sucessórios”.<sup>22</sup>

Essa “perda de naturalidade” é derivada não apenas dos problemas de ordem econômica, no sentido do baixo retorno financeiro, mas também da mesma dinâmica patriarcal que afeta as mulheres, uma vez que, sendo o poder pouco compartilhado

17 Disponível em <www.ibge.gov.br>.

18 Tabela criada a partir do gráfico Assentados por sexo nas UF pesquisadas, segundo estado civil em 1999.

19 CAMARANO e ABRAMOVAY, op. cit.

20 Apud BRANCO, Adélia; VAINSENER, Semira. Gênero e globalização no Vale do São Francisco. (Trabalho para discussão n. 116, set. 2001). Disponível em: <www.fundaj.gov.br>.

21 MELO, Antônio et al. A educação formal e os novos mercados para a agricultura familiar. Texto apresentado no XLI Congresso Brasileiro da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. Juiz de Fora, jun. 2003.

22 Id., ibid.

entre as pessoas que estão no estabelecimento familiar, os jovens também se encontram em uma posição de submissão. Como analisam Abramovay e colegas, “o processo sucessório na agricultura familiar está articulado em torno da figura paterna que determina o momento e a possibilidade de passagem da responsabilidade sobre a gestão do estabelecimento para a futura geração”.<sup>23</sup>

Além disso, é necessário considerar o problema da herança. O patrimônio geralmente não oferece possibilidades de muitas divisões, que, caso ocorressem, terminariam por inviabilizar sua capacidade produtiva, fazendo com que apenas um dos filhos pudesse ocupar o lugar do pai. Se, para os filhos, essa já é uma situação difícil, para as filhas são raríssimas as chances de serem herdeiras, não sendo, portanto, ilógico que procurem outras opções.

Se a rota de saída das mulheres da agricultura familiar significa uma opção legítima na busca da emancipação e da cidadania, não representa, por outro lado, nem uma ruptura nem uma solução, já que elas continuam sendo avaliadas pelos mesmos padrões e valores que organizam a agricultura familiar, seja no trabalho assalariado, na agroindústria, no setor de serviços público e privado ou no trabalho doméstico – para onde migram a maioria das mulheres. Ao mesmo tempo, elas também não se desvinculam da própria agricultura familiar, pois uma parte substancial dos rendimentos que as mulheres auferem em trabalhos fora do espaço familiar é nele empregado, como gasto produtivo ou reprodutivo.

---

23 ABRAMOVAY et al., op. cit.

Há que se considerar, ainda, que às vezes a migração para áreas urbanas não é uma escolha das mulheres, mas uma necessidade imposta pelas dificuldades financeiras do estabelecimento familiar. Essa situação é muito comum nos períodos de seca no semi-árido nordestino, como constatou Branco<sup>24</sup> ao afirmar que, “através da migração, as mulheres não contribuem somente com uma ajuda monetária àqueles que deixaram para trás, mas ajudam os demais familiares a migrarem”.<sup>25</sup> É desnecessário demonstrar que as atividades reprodutivas não são deslocadas para os homens quando as mulheres deixam de trabalhar diretamente na produção familiar, pois, mesmo que haja ausência física de uma mulher, as responsabilidades que tinha serão transferidas diretamente para outra mulher da família.

Sendo a atividade feminina, nesse contexto, historicamente marcada pela multifuncionalidade e pluriatividade, cabe indagar se, no momento em que a segunda característica passa a ser considerada uma alternativa viável para o desenvolvimento rural, as mulheres deixarão de ser os sujeitos centrais da mesma, tal como ocorreu, segundo a análise de Buarque, quando da recente valorização da agricultura familiar. ■

---

24 BRANCO, Adélia. *Mulheres da seca: luta e visibilidade numa situação de desastre*. João Pessoa: UFPB, 2000.

25 Id., *ibid.*

## Direitos pela metade

Anteriormente, foi afirmado que as mulheres estão em todos os lugares e não estão em lugar nenhum no cotidiano da agricultura familiar. A aparente contradição se explica ao verificarmos o que é feito das mulheres nas dimensões relativas à posse da terra, aos rendimentos e ao poder de decisão.

Quando se analisa a titulação da propriedade da terra, fica evidente o quanto a existência de políticas públicas ou de legislações não é suficiente para minimizar as enormes diferenças de poder entre mulheres e homens. No Brasil, não há nenhum tipo de obstáculo legal para que as mulheres sejam proprietárias. No entanto, 87% dos lotes dos assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), 93% do

Banco da Terra e 92% das propriedades familiares têm homens como titulares.<sup>26</sup> Apenas em situações em que eles não preenchem os requisitos necessários ou quando estão ausentes é que as mulheres assumem a titularidade. Nos demais casos, são consideradas “dependentes”.

No que se refere aos rendimentos, os dados da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), divulgada em 2001,<sup>27</sup> indicam que, para o universo das pessoas de 10 anos ou mais

---

26 “A terra da mulher (e do homem)”, entrevista concedida por Zoraida Garcia Frias ao jornal eletrônico da Unicamp, em novembro de 2002. Disponível em: <[www.unicamp.br](http://www.unicamp.br)>.

27 Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>.

ocupadas em atividades agrícolas (não especificamente para a agricultura familiar), as mulheres estão majoritariamente nas categorias não-remuneradas (39,25%) e produção para consumo próprio (também 39,25%), demonstrando que quase 80% das mulheres não auferem nenhum rendimento do seu trabalho. Analisando os números referentes à população masculina ocupada, 17,71% são classificados como não-remunerados, e 8,37% estão na produção para consumo próprio, perfazendo 26,08% de homens que não recebem rendimentos pelas atividades que realizam. Os dados por si só indicam a magnitude da exploração a que estão submetidas as mulheres na produção agrícola brasileira.

Trabalhando com os dados sobre rendimentos das agricultoras familiares da área de Sobral, vê-se que 47,8% recebem menos de meio salário mínimo mensal, enquanto 13% não auferem nenhum tipo de rendimento. Contudo, o que chama a atenção aqui é o alto percentual de mulheres que colocaram os benefícios (bolsa-escola, vale-alimentação e vale-gás) como sendo sua própria e única renda: 66%, entre aquelas que declararam ter algum rendimento, e 85,7%, no grupo que recebe menos de meio salário mínimo. Perceber os recursos destinados à família como sendo seus próprios recursos demonstra o quanto as mulheres têm dificuldades de se perceber para além desse lugar e da função de *gerentes* dos parques rendimentos familiares destinados à reprodução cotidiana.<sup>28</sup>

Ao mesmo tempo, isso que confirma que os(as) formuladores(as) das políticas públicas assistenciais colocam as mulheres como responsáveis pelo recebimento desses recursos, como se isso fosse uma garantia de sua *adequada* aplicação, elastecendo ainda mais o tempo das mulheres, já que, para receber tais benefícios, é necessário um deslocamento para o município-sede, esperas nas filas dos bancos e gastos com transporte que terminam por diminuir ainda mais o já mínimo benefício.

É prudente afirmar que as mulheres são gerentes de uma parte dos recursos familiares porque seu poder de decisão é muito restrito, mesmo no que se refere às decisões da esfera reprodutiva, como demonstram os dados da pesquisa “Relações de gênero nos assentamentos rurais”.<sup>29</sup> No âmbito das atividades produtivas, o poder de decisão é majoritariamente masculino nos seis estados pesquisados (cultivos – de 92% a 66%; vendas dos produtos agrícolas – de 91% a 74%; venda de gado – de 93% a 59%). O poder de decisão das mulheres é maior na venda de doces e queijos (de 58% a 41%) e na venda de ovos e aves (80% a 46%), ainda que esse poder não seja tão hegemônico como o masculino e se dê em esferas produtivas de menor valor monetário.

Apesar de se creditar às mulheres o domínio absoluto do espaço reprodutivo, a realidade é mais complexa, tendo respostas menos uniformes nos estados pesquisados. No que se refere à educação das crianças em quatro estados (Bahia, Ceará, Mato Grosso e São Paulo), há um percentual maior de mulheres com poder de decisão (55,5%, 61,%, 41,5% e 44%). Nos demais estados (Paraná e Rio Grande do Sul), a decisão tende a ser compartilhada pelo casal (38% e 62,5%). Contudo, o que pode parecer, à primeira vista, bastante surpreendente é que, em nenhum dos estados pesquisados, as mulheres não têm maior poder de decisão sobre quais alimentos devem ser comprados, sendo mais freqüente que os homens tomem essa decisão. À primeira vista porque, nos casos das agricultoras familiares, tudo o que envolve dinheiro e saída do espaço restrito do estabelecimento familiar não lhes pertence, não lhes é direito, já que a tradição patriarcal que organiza esse cotidiano nega às mulheres a possibilidade de exercerem um princípio fundamental de ser sujeito: a liberdade de ir e vir.

Sem terra, sem dinheiro, sem tempo, sem espaço, sem poder, sem liberdade, assim são as mulheres em sua experiência cotidiana na agricultura familiar. Esses elementos não podem ficar invisíveis quando a transformação social e política pretendida implica necessariamente a quebra da hegemonia do modelo até então vigente para o desenvolvimento rural, sendo antinômico que essa radicalidade também não se dirija à dominação patriarcal que organiza a sociedade brasileira.

É preciso que os movimentos sociais, as organizações não-governamentais, trabalhadoras e trabalhadores rurais construam projetos e alternativas não apenas para os modos de produção e consumo, mas também para o modo de organização familiar. Em síntese, mudemos os sentidos e significados da agricultura e da família, pois só assim nossa ação política poderá resultar numa sociedade que não seja marcada pela meia justiça, meia liberdade e meia cidadania. ■

28 Os valores dos benefícios são: vale-gás – R\$ 15 (a cada 2 meses); bolsa-escola – R\$ 15 por criança, com teto de três crianças; e bolsa-alimentação – R\$ 15, também com teto de três crianças.

29 Pesquisa realizada por Abramovay e Rua em 2000.